



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Jacuí

Ata 022/2017 - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, os vereadores Gilmar Lopes de Souza, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva e Loreno Feix membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, juntamente com a servidora Angélica Hindersmann Rech Agente Legislativo Administrativo e Carine Ecke Assessora Jurídica, para análise e emissão de parecer aos seguintes Projetos: **Projeto de Lei do Executivo nº 2368, de 11 de setembro de 2017** - Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 325.700,00 (trezentos e vinte e cinco mil e setecentos reais) por redução de dotação e dá outras providências; **Projeto de Lei do Executivo nº 2369, de 11 de setembro de 2017** - Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo de acordo de parcelamento com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS; **Projeto de Lei do Executivo nº 2372, de 19 de setembro de 2017** - Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e dá outras providências; **Projeto de Lei do Executivo nº 2373, de 19 de setembro de 2017** - Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 26.184,82 (vinte e seis mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) e dá outras providências; e **Projeto de Lei do Executivo nº 2374, de 22 de setembro de 2017** - Altera o art. 2º da Lei Municipal nº 2330/2017 e dá outras providências. Após análise dos referidos Projetos e das Orientações Técnicas do IGAM, a Comissão decidiu emitir parecer favorável ao Projeto de Lei do Executivo nº 2368 e 2374/2017, permanecendo baixados na Comissão os Projetos de Lei do Executivo nº 2369, 2372 e 2373/2017. A Comissão manifestou-se no sentido de que seja encaminhado Ofício ao Poder Executivo solicitando as Atas do Conselho Municipal de Saúde referente aos Projetos de Lei nº 2372 e 2373. E Ofício solicitando que o Poder Executivo envie um representante para participar de uma reunião para prestar explicações referentes ao Projeto de Lei do Executivo nº 2369/2017. Nada mais havendo a se tratar, às dez horas foram encerrados os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: